

Humilhação e recessão

CORREIO BRAZILIENSE

Quando o Governo brasileiro decretou a moratória e anunciou sua decisão de isolar o Fundo Monetário Internacional como agente intermediário nas negociações sobre a dívida externa, cuidava-se que, afinal, a ortodoxia no encaminhamento dessa questão seria definitivamente substituída por mecanismos inovadores e mais racionais. Subiu, então, das vertentes políticas de esquerda um alarido ensurdecedor, sob a forma de aplausos à nova orientação. Até mesmo correntes menos ideologizadas, mas filiadas aos compromissos nacionalistas, saudaram a disposição do Governo.

Todavia, decorrido oito meses de infrutíferas e desgastantes negociações, o Brasil cedeu às pressões da Casa Branca e às ameaças dos bancos credores, entre as quais ocuparam o primeiro plano o corte eventual nos créditos interbancários de curto prazo e a intensificação das práticas mercantilistas. Com relação à primeira dessas hipóteses, as exportações brasileiras entrariam em colapso por falta de linhas de financiamento aos compradores. E, na segunda, as taxas adicionais aos impostos alfandegários retrariam as bases de competitividade dos produtos brasileiros de exportação. Qualquer dessas ameaças, ou ambas, caso concretizadas, não só liquidaria o comércio exportador brasileiro quanto privaria o País das divisas indispensáveis para importação de tecnologias de ponta, de capital e matérias-primas

indispensáveis ao seu parque industrial. Uma catástrofe, sem dúvida, em função da qual — e para evitá-la — o Brasil não só acaba de requerer a ajuda do Fundo como se dispõe a cumprir um de seus programas de estabilização.

Essas reações do Governo americano e dos credores, contudo, não podem ser invocadas agora como justificação para o recuo brasileiro. O menos atento dos observadores colocaria em suas previsões a possibilidade de retaliações dessa envergadura. Apenas, supunha-se que o Governo segua uma estratégia que se mostraria eficaz em contorná-las, em benefício de uma composição original e inovadora, capaz de amarrar em um ponto de convergência os interesses em conflito. Portanto, agora fica bastante claro que a posição brasileira não obedeceu a planejamento algum, foi ditada pelas circunstâncias e desenvolvida sob o impulso de emocionalismos estéréis.

O Brasil não só vai ao FMI para buscar aval a um entendimento com os credores, como o faz em condições humilhantes, desde que à força de imposição da Casa Branca e dos bancos. Sucumbe também ao monitoramento externo de sua economia, por efeito de cumprimento de um programa de estabilização que lhe será ministrado por aquele órgão. Resvala, sem remição, para o abismo recessivo, que é quanto importa seguir o receituário do Fundo.